

O olhar antropológico de Jorge Amado no romance *Tenda dos Milagres*

Paulo Cezar Borges Martins
UNEB

Resumo: O presente trabalho se ocupa da perspectiva antropológica da literatura de Jorge Amado, particularmente *Tenda dos Milagres*, livro publicado em plena ditadura militar, tendo como protagonista o mulato Pedro Archanjo, que, no início do século passado, transpondo as limitações de sua modesta condição social, participou no combate ao racismo científico, ao sustentar, na arena acadêmica, a importância da contribuição do negro e do mestiço à construção da civilização brasileira. No resgate dessa discussão, são aqui examinadas as matrizes teórico-antropológicas da argumentação dos contendores, bem como seus desdobramentos que se fazem presentes até os dias de hoje.

Palavras-chave: Mestiçagem, Racismo, Negro na Bahia, Teorias Antropológicas.

Abstract: *The present work deals with the anthropological perspective of the literature of Jorge Amado, particularly Tent of Miracles, a book published in full military dictatorship, having as protagonist the mulatto Pedro Archanjo that, at the beginning of the last century, transposing the limitations of their modest social status participated in the fight against scientific racism by stating, in academic arena, the importance of the contribution of black and mestiço to construction of Brazilian civilization. In the rescue of this discussion, it examines the theoretical and arrays anthropological arguments of the contenders and their desdobraments that are present to this day.*

Keywords: *Miscegenation, Racism, Black in Bahia, Anthropological Theories.*

Introdução

Há inúmeros registros da incidência dos olhares de antropólogos, sociólogos e historiadores sobre os romances de Jorge Amado, atraídos pela riqueza de sua abordagem ao universo da cultura popular da Bahia, cenário em que foi um dos primeiros ficcionistas a abrir espaço em suas narrativas para valorizar o protagonismo de mulheres, negros e mestiços, como Gabriela, Teresa Batista, Dona Flor, Tieta, Baldo, Cabo Martim, Jubiabá e Pedro Archanjo, entre tantos outros. Além disso, no desenvolvimento de seus romances, há passagens que mais parecem

relatos colhidos em trabalhos etnográficos. Cabendo ressaltar no seu texto, por outro lado, uma recusa à narrativa ingênua; muito pelo contrário, ele o utilizou como arma, colocando-se, assim, na posição de combatente pela causa de emancipação dos segmentos populares; e, nesse itinerário, Amado, quadro destacado do extinto Partidão, com o qual romperia, entretanto, no refluxo que se seguiu à denúncia dos crimes de Stalin, era conhecedor dos clássicos do chamado socialismo científico, uma das matrizes, sem dúvida, da vertente do pensamento crítico das Ciências Sociais, circunstância que encaminhou sua pena, naturalmente, para o campo de luta do antirracismo, além de emoldurar as situações em que se inseriam seus personagens numa perspectiva histórica incomum entre seus pares. Significativamente, Schwarcz (2001) propõe que ele teria sido um antropólogo, sem jamais ter querido sê-lo.

E é exatamente desse olhar antropológico que este escrito tenta aproximar-se, escolhendo, para tanto, Tenda dos Milagres. Seguindo nessa linha de raciocínio, procurar-se-á, em primeiro lugar, aprofundar algumas hipóteses sobre as referências em intelectuais de que se serviu Amado; em seguida, cuida-se de descrever o contexto teórico prevalente na academia no momento em que Archanjo travou sua discussão, bem como, em terceiro lugar, expor o referencial antropológico que lhe serviu de arsenal argumentativo. Por derradeiro, passar-se-á a demarcar, enumerando e identificando, as diversas posições que configuraram a arena intelectual em que se deu, no romance, o debate sobre a mestiçagem; entretanto, considerando que remanescem importantes desdobramentos que extravasam os limites temporais em que se dão os acontecimentos relatados no livro, este artigo tem também a pretensão de estender a tarefa de mapeamento desse confronto até o presente.

Tudo junto e misturado – personagens e sujeitos históricos

A faculdade de medicina da Bahia do início do século passado foi o cenário escolhido por Jorge Amado para a disputa em que se envolveram o bedel Pedro Archanjo e o professor de medicina legal Nilo Argolo, tendo como tema a mestiçagem, mas, no caso, era um espaço apropriado pelo docente como trincheira em sua cruzada antinegro. Esses personagens encontram referências em intelectuais de relevo na sociedade baiana de então; o primeiro foi inspirado em Manoel Querino, Martiniano Eliseu do Bonfim e Edson Carneiro; ao passo que o segundo, em Raymundo Nina Rodrigues.

Para a construção da identidade entre Querino e Archanjo, Amado usou o artifício de apresentar como se fossem de autoria do segundo conhecidos livros escritos pelo primeiro,

entretanto com seus títulos modificados ligeiramente, apenas com o propósito de não ocultar a fonte original de inspiração. Assim, *A Raça Africana e Seus Costumes na Bahia* recebe o título de *Influências Africanas nos Costumes da Bahia*; já *O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira*, especialmente por seu capítulo derradeiro: *O africano na família, seus descendentes notáveis*, tornou-se *Apontamentos sobre A mestiçagem nas Famílias Baianas*; finalmente *A Arte Culinária na Bahia* foi transmutado em *A Culinária Baiana – Origens e preceitos*. De original, ficou o propósito de refutar as teorias deterministas biológicas que, sublinhando a inferioridade do negro, resultaram na tese de que este em nada teria contribuído positivamente para a formação da cultura do Brasil. No texto ficcional dos Apontamentos, foi assim insculpido: *Se o Brasil concorreu com alguma coisa válida para o enriquecimento da cultura universal foi com a miscigenação – ela marca nossa presença no acervo do humanismo, é a nossa contribuição maior para a humanidade.* (AMADO, 2012, p.107). O citado livro de Querino, por sua vez, deu ao tema tratamento muito próximo:

Do convívio e colaboração das raças na feitura deste país procede esse elemento mestiço de todos os matizes, donde essa pléiade ilustre de homens de talento que, no geral, representaram o que há de mais sério nas afirmações do saber, verdadeiras glórias da nação. Sem nenhum esforço podemos aqui citar o Visconde de Jequitinhonha, Caetano Lopes de Moura, Eunapio Deiró, a privilegiada família dos Rebouças, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Cruz e Souza, José Agostinho, Visconde de Inhomirim, Saldanha Marinho, padre José Maurício, Tobias Barreto, Lino Coutinho, Francisco Glycério, Natividade Saldanha, José do Patrocínio, José Theóphilo de Jesus, Damiano Barbosa, Chagas – o Cabra, João da Veiga Murici e muitos outros, só para falar dos mortos. Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço. (QUERINO, 2010, p.152)

Bonfim, *babalawo* também conhecido como *Ojé L'adê* (Sacerdote do culto dos *Egungun*), um dos responsáveis pela abertura da discussão que reconecta o candomblé à África yorubana, a chamada reafricanização, enriquece o personagem Archanjo com um profundo conhecimento da religiosidade afro-baiana, que lhe valeu um título na hierarquia das casas de culto, o de *Ojuobá*, os olhos de Xangô. Amado, vale a pena sublinhar, nutria profunda admiração por Martiniano, como declarou por ocasião do II Congresso Afro-brasileiro na Bahia:

[...] Professor Martiniano Eliseu do Bonfim, chefe de seita, a mais nobre e impressionante figura da raça negra no Brasil de hoje. Sua sinceridade, seu amor à sua raça, a sua dedicação, a sua inteligência, a sua cultura fazem deste chefe de seita um dos tipos representativos das melhores qualidades dos brasileiros. (AMADO *apud* BRAGA, 1995, p.50)

Seus conhecimentos sobre cultura popular também impressionaram Landes (2002) que noticiou ser o velho líder religioso frequentemente procurado por cientistas em busca de

informações, inclusive pelo próprio Nina Rodrigues, conforme denunciou Braga (1995). Não se pode ignorar que também Jorge Amado viveu muito próximo ao candomblé, tendo sido Obá de Xangô do Ilê Axé do Opô Afonjá, que é título honorífico criado por mãe Aninha, em 1936, que era concedido aos amigos e protetores do Axé.

Finalmente, traz de Edson Carneiro o domínio das teorias sociológicas e antropológicas, além de enriquecer o romance com uma construção até erótica do encontro deste com a antropóloga norte-americana Ruth Landes, apresentada, no livro, como a nórdica Kirsi que manteve um tórrido envolvimento com o bedel; Landes, em sua passagem pela Bahia, recebeu apoio e companhia de Carneiro, a quem muito enalteceu no seu *A Cidade das Mulheres* (2002). Sobre este último há ainda um curioso aspecto a merecer relevo e que consistiu em Amado tomar de empréstimo de uma suas assertivas para que Archanjo pudesse demonstrar (AMADO,2012) a inconsistência das pesquisas do professor Nilo Argolo, ignorando a realidade dos terreiros; foi o caso das afirmativas deste último sustentando a inexistência do culto de Dã, a serpente, nos candomblés de Salvador. O ponto específico da argumentação com que se armou o perspicaz mulato para atacar aparece na seguinte lição de Edson: *Nina Rodrigues ainda encontrou vestígios do culto da cobra no candomblé de Livaldina, embora tão apagados que lhe fizeram concluir pela inexistência desse culto na Bahia* (CARNEIRO, s/d,p.87). Sua conclusão mais minudente, fruto de observações em diversas casas de culto, aparece na seguinte passagem:

No candomblé da velha Emiliana há uma serpente na parede do barracão; Manuel Menez me afirmou que “as cobras não o mordem”; e Manuel Falefá, contando-me o nascimento do arco-íris, lhe deu o nome de Sôbôadã, que entretanto suponho seja apenas uma Dã especial de Sôbô (Sogbo), pois, no Dahomey, todos os vódúns têm uma. De qualquer modo, Dã está presente em todos os candomblés jêjes ainda existentes na Bahia. (CARNEIRO, s/d, p.87)

Para que o assunto não pareça simples idiosincrasia ou capricho de Edson, vale colacionar uma confirmação de outro estudioso do candomblé baiano da nação *jeje* cujas conclusões colocaram em evidência o equívoco em que incorreu Rodrigues:

Sumariando, os dados disponíveis deixam supor a presença do culto da serpente no país Mahi desde pelo menos o século XVIII, e no Brasil temos provas claras de cultos homólogos nos terreiros jeje-mahi, desde a segunda metade do século XIX e, embora Rodrigues não tivesse conhecimento, continuaram com alguma importância na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. (PARÉS, 2007, p.303-4)

Nilo Argolo, por sua vez, tem sua inequívoca correspondência em Raymundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) que, segundo Luis Ferla (2009), foi um dos introdutores da chamada

Escola Antropológica no pensamento médico-legal no Brasil. Os estudiosos dessa corrente, com Cesare Lombroso à frente, definem sua ciência com:

[...] o ramo da antropologia geral que trata do delinquente e dos seus tipos fundamentais. Nela se estuda o criminoso sob o ponto de vista somático e psíquico, isto é, nas suas qualidades anatômicas, fisiológicas e psicológicas, bem como ainda na sua vida de relação como o meio físico e social. (ARAGÃO, 1977, p.47)

Na perspectiva dessa antropologia criminal, somente se pode compreender a transgressão da lei quando associada ao conceito de raça, esta portadora de uma carga moral em sua natureza. Para o fundador dessa corrente, o autor do delito reproduziria nas sociedades contemporâneas o homem primitivo, como consequência da manifestação do atavismo que permitiria que aflorassem *instintos bárbaros, ferocidade e falta de sensibilidade moral* (ARAGÃO, 1977, p.109). Não existiria, pois, o livre-arbítrio na escolha da conduta, mas um determinismo biológico, que, na linguagem dos autores dessa corrente, é denominado de fisiopsicologia. O praticante do ilícito penal, coerentemente com essa linha de raciocínio, seria uma anomalia biológica, mais propriamente uma variedade da espécie humana, existindo mesmo um tipo antropológico. Enrico Ferri, outro importante intelectual dessa escola, dizia ser capaz de tipificar os homicidas na prisão, especialmente pelo reconhecimento de determinados estigmas de que seriam portadores. Daí também a ideia de que, ainda na hipótese de que não venham a cometer delitos, existem indivíduos infratores natos, ou seja, dotados de disposição pessoal fisiopsíquica para tanto.

Para desfazer a impressão de que Rodrigues teria sido mero reproduzidor de teorias estrangeiras, sublinhe-se que, na abalizada opinião de Landes (2002), ele era o maior cientista social do Brasil, não obstante seu viés escancaradamente racista. Repetindo o mesmo engenhoso paralelismo entre as obras atribuídas ao personagem da ficção e aquelas efetivamente publicadas pelo sujeito histórico que lhe serviu de inspiração, Amado (2012) citou Argolo como autor do livro *A Degenerescência Psíquica e Mental dos Povos Mestiços – o exemplo da Bahia*. É possível encontrar textos semelhantes em dois livros de Rodrigues: em *Os Africanos no Brasil*, o capítulo 9 tem o significativo título *A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil*; além disso, em *As Coletividades Anormais*, o capítulo 1 da 2ª parte recebeu a denominação de *A anormalidade dos criminosos: o atavismo na degeneração criminosa. Os assassinos mutiladores*.

Convém notar que o discurso de Nilo estava afinadíssimo com o da elite política brasileira. Há uma passagem no texto de Amado (2012, p.94) em que o professor afirmou que “*a desgraça do Brasil era aquela negralhada, a infame mestiçagem*”. Ora, ao deparar-se com a crueza dessa

fala, Landes confessou-se perplexa e confusa, ainda mais por ter sido proferida sem qualquer rodeio ou pudor por figura muito importante na República brasileira, o poderoso ministro Osvaldo Aranha, logo na primeira entrevista mantida com ele em sua chegada ao Brasil:

Esta carta diz que a senhora não é um desses repórteres sensacionalistas. Ótimo. O Brasil precisa ser corretamente conhecido. Especialmente a sua situação política, e, uma vez que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, “embranquecendo” a raça brasileira. (LANDES, 2002, p.40-41)

Nesse contexto hostil, o humilde burocrata Archanjo, com sua brochura *A Vida Popular na Bahia*, impressa a duras penas, ousou elevar sua voz para desafiar essa ideologia racista, própria de uma elite branca que se empenhava em negar a realidade para, em seu lugar, construir uma caricatura de latinidade nos trópicos, ainda que, como salientou Amado, a ferro e a fogo.

O partido que Amado tomou nessa discussão já transpareceu na abertura de seu livro, na poética exaltação da sabedoria popular que ele localizou no centro histórico da cidade do Salvador, que ganhou notoriedade por ajuntar detentores de conhecimentos provenientes do manancial riquíssimo do patrimônio cultural afro-baiano, cujo conjunto das obras permite dizer que ali foi formada propriamente uma Universidade Popular do Pelourinho, muito mais do que uma casual concentração de pessoas exercendo de raros ofícios num bairro de relativamente bem preservada arquitetura colonial, é, sim, excepcional polo de produção e reprodução de saberes e fazeres, todos irradiados a partir da matriz afro-baiana, mestiça, de que são exemplos as imagens e demais objetos dos rituais de candomblé, instrumentos musicais, artesanatos, literatura de cordel, composições musicais, prática do jogo da capoeira, ervas medicinais etc. Não por acaso, compartilhando este mesmo espaço, como enclave na cidadela negra, mulata, foi incrustado ícone da cultura erudita da Bahia, a Faculdade de Medicina, supremo contraste vez que era então *think tank* exatamente do pensamento antimestiço, racista. Especificamente, no que diz respeito ao futuro de negros e mestiços, a concepção de Amado, pela voz insurreta do bedel, foi um outro aríete para arrombar os portões da fortaleza do pensamento dominante. Poucos instantes antes de exalar seu último suspiro e, por isso mesmo, com toda a gravidade e dramaticidade de última vontade ou testamento, ainda mais por ter coincidido com o momento histórico em os russos estraçalhavam a pesada máquina de guerra alemã, encerrando o pesadelo do arianismo nazista, Archanjo proferiu sua derradeira fala, ao mesmo tempo reveladora e incisiva, no sentido de reafirmar a certeza quanto a uma imorredoura presença do mulato na composição da população

brasileira.

Passando ao cerne da discussão proposta neste artigo, a imaginação que confere o caráter de antropológico ao discurso de Amado em *Tenda dos Milagres*, conforme leciona Clifford Geertz (2001, p.114), consiste em por em relevo o *nós* e o *aqui*, onde aquele *é um verbete num dicionário geográfico cultural*, enquanto que este *é nossa casa*. Assim sendo, no campo delimitado por essas duas coordenadas, é que transcorre a narrativa do autor. De que cidade fala, se não a Salvador do início do século passado? Uma cidade por ele apresentada como *locus* de uma batalha político-ideológica, tendo como contendores, de um lado, a Academia a serviço da hegemonia branca e, de outro, sitiando-a, a contracultura mestiça que se impõe a partir de seu entorno físico. Ressalte-se que, mesmo tendo o texto de Amado caráter ficcional, não será por essa peculiar forma de relação com a história que se desconsiderarão a importância e a validade de seu olhar antropológico, primeiro porque, como comentou de forma muito precisa Geertz (1989), igualmente os textos deste ramo científico participam de certa forma da mesma modalidade de criação ou construção presente no campo da ficção, embora, vale sublinhar, seja distinta da relação do fazer romanesco com o factual, no sentido de que não são apenas puros *experimentos do pensamento*. Em segundo lugar, tal manifestação simplesmente cerebrina, livre de amarras históricas, esteve longe de ocorrer no processo de elaboração do texto da *Tenda*, na medida em que o autor, buscando conferir uma aura de verossimilhança ao enredo, valeu-se de pormenorizadas pesquisas na bibliografia dos cientistas sociais que constituíram os referentes de seus personagens - protagonista e antagonista -, ao ponto de atribuir-lhes a autoria de obras daqueles estudiosos, como se demonstrou nos parágrafos precedentes, se bem que parafraseou ou parodiou os títulos originais, mas de forma a permitir que pudessem ser reconhecidos os livros originais de que se utilizou como fonte, de Nina Rodrigues, Querino, Landes e Carneiro. Mais do que isso, esse levantamento bibliográfico, o que é ainda mais significativo, recortou, com precisão cirúrgica, os argumentos-chave do racismo e do antirracismo que movimentaram o embate agora apresentado sob a forma romanceada. Por tudo isso, seria no mínimo equivocado invecivar o esforço de escrita da *Tenda* tentando igualá-lo à condição de outra bela acrobacia imaginativa do autor portentoso que é Amado. Ora, a escolha do material bibliográfico objeto da pesquisa que precedeu a edificação desta obra, bem como a cuidadosa seleção nele empreendida, distancia-se muito do trabalho que poderia fazer um principiante; ao contrário, revelou um estudioso munido de olhar antropológico a demonstrar proficiência no manejo tanto das teorias desse terreno científico, como também da metodologia da disciplina, num momento em que ela se afirmava e ganhava legitimidade na Academia, superando os determinismos geográfico e

biológico, como pontuou Laraia (2009). É imperioso admitir que Amado, por ter se bacharelado em Direito, em meados da década de 30 do século passado, hauriu na faculdade o conhecimento do método científico e teve acesso às teorias das ciências sociais, matérias estas que teve oportunidade de expandir em sua militância comunista, a partir das leituras de Marx e Engels, influenciados pelo antropólogo evolucionista norte-americano Lewis Morgan (1818 – 1881), citado por eles no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de autoria do segundo (1963).

No entanto, sua competência no plano teórico, indo muito além do evolucionismo morganiano, fê-lo avançar na trilha aberta por um antropólogo alemão que contestou essa corrente, era Franz Boas (1856 – 1942), radicado nos Estados Unidos, pioneiro formulador da escola do particularismo histórico (ERICKSEN; NIELSEN, 2010), crítico do racismo e dos estudos nele fundamentados. Porém o traço mais revelador dessa inclinação antropológica reside na sua capacidade de colocar-se inteiramente na perspectiva do outro, ao ponto de ver o mundo segundo a perspectiva do povo simples da Bahia, a quem dedicou sua literatura, incluindo seus mitos. Na *Tenda dos Milagres*, seu artesanato literário incorpora sutilezas da etnografia, quando busca compreender a peculiar maneira como negros e mestiços das ruas de Salvador interpretam e dão significado a seu universo, ocupando aí papel preponderante a apropriação dos mitos dos candomblés e suas entidades, que chegam a se projetar para fora dos espaços da cidade destinados ao culto dos orixás, como num dos episódios mais deliciosos do livro, ao mesmo tempo erótico e humorístico, ocorrido no breve caso entre Pedro Archanjo vencendo uma entidade do universo do candomblé, a exu feminina Iabá, a diaba sem rabo, que ele, com um sortilégio e sua potência sexual, amansou e fê-la transformar-se na negra Doroteia (AMADO, 2008). Nessa passagem o autor celebra o grande vigor sexual de Archanjo, como se fosse uma espécie de superpoder do mulato.

Outro evento, nessa mesma linha da intervenção direta das entidades do panteão yorubá no cotidiano, mas não exatamente fora do terreiro de candomblé, foi a agressão sofrida pelo maior repressor policial dos cultos afro-baianos, delegado-auxiliar Pedrito Gordo, por seu subordinado Zé Alma Grande que, incorporando Ogum, pôs em desabalada carreira morro abaixo, clamando por socorro, o até ali destemido bacharel. (AMADO, 2008). Seria o caso de Jorge Amado ter-se colocado tão profundamente na perspectiva do povo baiano, que produziu uma narrativa passível de uma leitura do tipo catártico (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010) que, assim, fornece ao leitor negro de Salvador recursos de, pelo menos no plano ficcional, libertar-se de seus sofrimentos causados pela perseguição. Seria uma desforra do racismo a partir

dos constrangimentos impostos pela polícia, vivida pela geração passada, mas que não cessou e é repetida no presente, enquanto violência simbólica, tendo seu epicentro nas seitas evangélicas. Nesse sentido, essa leitura propicia uma válvula de escape para as inquietações (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010).

Fundamentos teóricos em disputa

Na tentativa de mapear as correntes de pensamento que, no início do século XX, buscavam dar conta da produção intelectual sobre a diversidade étnico-racial da população brasileira, é possível constatar uma predominância do determinismo biológico, com ênfase no racismo. Nesse contexto, era notória a valorização do discurso dos profissionais médicos, muito especialmente daqueles que se dedicavam ao exercício da medicina legal. Com o propósito de traçar um quadro pelo menos razoável do que era o protagonismo social desses intelectuais, é preciso primeiro insistir na coincidência de visão de mundo entre estes e as elites políticas de então, como se percebe com muita nitidez no discurso de Osvaldo Aranha, reproduzido acima, que chocou Landes.

Em segundo lugar, a trajetória descrita por essas falas antinegro até o atingimento do ápice da cena acadêmica acompanhou o processo de transição política entre o final da monarquia e o advento da República, para, uma vez instalada esta, cumprir principalmente o papel de trasladar a desigualdade existente na ordem derrotada para o novo contexto jurídico-político, que pretendia exatamente valorizar a isonomia entre os cidadãos, superando a diferenciação característica do *status quo ante*, conforme propôs Ferla (2009), mediante a construção, com base no discurso acadêmico, de uma paradoxal hierarquização racial enquanto fator de manutenção da subalternidade do negro e do mestiço, o que não é nenhuma novidade, pois, segundo Louis Dumont em seu *Homo Hierarchicus*:

O racismo responde, sob uma forma nova, a uma função antiga. Tudo se passa como se ele representasse, em uma sociedade igualitária, uma ressurgência daquilo que se exprimia de maneira diferente, mais diretamente, na sociedade hierárquica [...]. Suprimi os modelos antigos de distinção, e tereis a ideologia racista. (DUMONT, 1992, p.86)

Abordando a questão da tecedura dessa rede de significados desqualizadores que tiveram tão grande importância para a manutenção da ordem social desde então, parece que ela operou a transformação daquilo que teria as características de um conflito político, como tantos outros, em um conflito identitário, ou seja, houve um deslocamento, como quer o geneticista

italiano Guido Barbujani (20072), do plano daquilo que fazemos para o plano do que somos. Como consequência dessa radicalidade de posições, diversamente dos enfrentamentos políticos, não se abre espaço para qualquer mediação que os solucione; muito pelo contrário, daí surgiram as discriminações com base na cor da pele, cumulativamente, ou não, com qualquer atributo cultural, contexto em que ganhou muita força a ideia de que nem todos podem ser beneficiários dos mesmos direitos. Inegavelmente, as falas dos médicos ocuparam posição central nessa discussão, não exatamente nas práticas de prestação dos serviços de sua especialidade, e, sim, intervindo enquanto produtores de artefatos ideológicos na instância do jurídico-político, com a autoridade emergente de sua condição de primeiros intelectuais da burguesia; sobressair-se-ão, assim, principalmente no magistério, com importante polo na regência da disciplina medicina legal, que é, como sublinhou Ferla (2009, p.53), “*dedicada à normalização social*”. O marco teórico referenciador dessa ingerência foi a Escola Positiva, conglomerado de ideias marcado pela valorização da corrente da Antropologia Criminal, matéria em que pontificaram os pensadores italianos Lombroso, Ferri e Garofalo. Aqui é preciso lembrar que, na condição de estudante de direito, Jorge Amado cursou a disciplina Medicina Legal, obrigatória em sua época, e aí certamente ficou exposto ao influxo dessas ideias, que, na *Tenda*, demonstrou saber criticá-las.

Oportuno, neste ponto da exposição, trazer à baila investigação realizada pela prof^a. Elaine Maria Geraldo dos Santos, hoje docente do IF das Alagoas, intitulada Antropologia Criminal nos Primeiros Anos da República (2003), integrante de projeto desenvolvido pelo prof. Carlos Alberto Cunha Miranda, da UFPE. Pois bem, compulsando, sob uma orientação comparativa, prontuários da Casa de Detenção do Recife e fichas dos arquivos do DOPS-PE do início do século XX, aquela pesquisadora deparou-se com a influência direta das teorias de Lombroso na escrituração dos documentos de identificação dos detentos negros. Isto porque as descrições de onze pontos das faces deixam transparecer o compromisso dos funcionários responsáveis pelo preenchimento das fichas com a escola da Antropologia Criminal, na medida em que seus relatos, sob a sombra de uma objetividade que se esperaria por parte de componentes dos quadros de uma agência estatal, apresentam-nos como dotados dos estigmas da criminalidade, animalizando-os, ao ponto de as desproporcionalidades enfatizadas dos traços fisionômicos, verdadeiras caricaturas, constantes das anotações feitas pelos policiais, serem desmentidas pelas respectivas fotografias. Em contrapartida, nos presos pela polícia política, todos, senão a maioria, brancos, o mesmo procedimento descritivo dos traços da face era cuidadosamente cercado pela repetição do adjetivo normal.

Imbuído desse mandato das classes dominantes, Nina Rodrigues (1938, p.155),

citando seus teóricos preferidos, como Abel Havelacque, foi incansável baluarte do racismo antinegro: [...] *Que, por seu desenvolvimento intelectual e por sua civilização, os negros africanos sejam inferiores à massa das populações europeias, ninguém evidentemente pode por em dúvida. Ninguém pode duvidar.*

Coerentemente, Argolo metamorfoseou a cátedra de medicina legal em púlpito para pregação de sua homilia antinegro, em especial contra a mestiçagem: “*Maior fator do nosso atraso, de nossa inferioridade, constituem os mestiços sub-raça incapaz*” (AMADO, 2012, p.92). Este mesmo argumento ele iria esgrimir de forma ainda mais pormenorizada e contundente:

A mestiçagem, o perigo maior, o anátema lançado contra o Brasil, monstruoso atentado: a criação de uma sub-raça no calor dos trópicos, sub-raça degenerada, incapaz, indolente, destinada ao crime. Todo o nosso atraso devia-se à mestiçagem. O negro ainda poderia ser aproveitado no trabalho braçal, tinha a força bruta dos animais de carga. Preguiçoso e salafário, o mestiço, porém, nem para isso servia. Degradava a paisagem brasileira, apodrecia o caráter do povo, empecilho a qualquer esforço sério no sentido do progresso, 'do progredimento'. (AMADO, 2012, p.248-9)

Essa assertiva tinha sua matriz nas ideias do inglês Herbert Spencer, o autor mais citado por Nina Rodrigues, segundo o qual a:

[...] união entre variedades ligeiramente diferentes dá, no físico, bons resultados. Dá-se o mesmo para a natureza mental? A julgar por certos fatos, a mistura entre raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo mental sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior, nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero algum de vida. Ao contrário, povos da mesma origem, que, tendo vivido durante muitas gerações em circunstâncias diferentes, se têm ligeiramente afastado um do outro, dão, se vês às vezes, pelo cruzamento, um tipo mental superior a certos respeitos. (RODRIGUES, 1938, p.172-73)

Caminhando na direção de reconstituir as linhas mestras do modelo de pensamento dessa vertente do chamado darwinismo social, cujos defensores entenderam que as diferenças entre os indivíduos resultam de um fado biológico que os constitui numa relação de superioridade-inferioridade, é indispensável apontar que daí derivaram as teorias racistas e o etnocentrismo. Com efeito, deve-se exatamente à linha dos antropólogos de corte evolucionista, como Edward Tylor e Lewis Morgan, a introdução de uma hierarquia entre as sociedades, de natureza evolutiva e unilinear, começando com a selvageria, tendo a barbárie como seu termo médio, e galgando, em seu estágio final, a civilização. A coisa é tão evidente que mesmo o observador mais desavisado perceberá o caráter eurocêntrico dessa escala, até porque esses estudiosos autocolocaram-se com suas sociedades no patamar mais elevado, para o qual, inevitavelmente, convergiria toda a humanidade, uma vez ultrapassados os estágios anteriores.

Nina Rodrigues fez uso do arsenal de conceitos da antropologia biológica então aceita na Academia, e que ele dominava, para descrever e classificar os mestiços, universo em que se deteve pormenorizadamente no mulato, definido como resultado do cruzamento entre o negro e o branco, subdividindo-se nos seguintes tipos: mulatos dos primeiros sangues; mulatos claros ou de retorno à raça branca; e mulatos escuros ou de retorno à raça negra. Conceituou também os pardos, entendidos como cruzamento das três raças. A minúcia dessa tipologia encaminhava o leitor para a discussão mais substancial que ele pretendia entabular mais adiante no mesmo texto, qual seja, *As Raças Humanas e A Responsabilidade Penal no Brasil*. Fixadas essas balizas, ele dedicou a parte mais substancial deste livro ao estudo da relação entre raça e criminalidade, terreno em que o mulato mereceu atenção especial, tendo como ponto de partida o pensamento de que, embora o cruzamento de raças ou espécies humanas não resulte em hibrididade física, aí terão origem pessoas que ele denominou de *produtos morais e sociais inviáveis* (RODRIGUES, 1938, p.172). A natureza mental destes, acreditava o autor, não era diferente da que José Veríssimo¹ traçara para os mamelucos paraenses, sendo, como estes últimos, igualmente indolentes, apáticos e imprevidentes, inobstante tivesse ponderado que os mulatos eram, em inteligência, muito superiores aos outros mestiços brasileiros, mas aí é que residia, a seu juízo, o grande desequilíbrio entre as faculdades intelectuais e afetivas:

Nestes casos como que se revela em toda a sua plenitude, em toda a sua brutalidade, o conflito que se trava entre qualidades psíquicas, entre condições físicas e fisiológicas muito desiguais de duas raças tão dessemelhantes, e que a transmissão hereditária fundiu em produto mestiço resultante da união ou cruzamento delas. (RODRIGUES, 1938, p.198-9)

De forma muito pessimista, Nina Rodrigues encerrou seu discurso, no livro *As Raças Humanas e A Responsabilidade Penal no Brasil* (1938, p.126), duvidando da possibilidade de que o mestiço luso-africano viesse a estar presente em todo o território nacional; ele também se mostrou cético em relação à futura predominância da raça branca no país. É bem verdade que, se aquele autor ocupara posição importante nas trincheiras de defesa das teses racistas, ele nunca esteve sozinho nesse combate. Deu continuidade às suas ideias o jurista e sociólogo fluminense Oliveira Vianna (1883 – 1951), que também conquistou posto destacado e ativo nessas mesmas hostes, disse que *o negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura ariana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, sua civilizabilidade não vai além da imitação* (1938, p.174). Sua análise passou para o plano comparativo quando ele trouxe à baila o caso dos Estados Unidos:

Os próprios negros americanos, muito superiores, aliás, aos nossos, em virtude da seleção imposta pelas contingências da luta contra um adversário temível, como é o anglo-saxão, ficam muito abaixo do teor médio da civilização norte-americana: mesmo os seus tipos superiores, como BOOKER WASHINGTON, não são negros puros, mas perfeitos mestiços, autênticos mulatos, cuja superioridade deve provir provavelmente do sangue ariano que trazem nas veias (VIANNA, 1938, p.175)

Somente a instituição da escravidão, para Vianna (1938), mantinha os negros nos costumes de moralidade e sociabilidade que os aproximava da raça superior, a branca. Porém, com a abolição, sem um direcionamento externo, houve um retrocesso à condição miserável em que se encontravam à época em que ele escreveu estas reflexões. No que concerne à mestiçagem entre branco e negro, ele foi bastante minucioso ao estabelecer um mapa de cruzamentos, tendo como vetor central o eugenismo que, segundo ele, teria influência nos resultados das uniões interracialis; assim, o resultado considerado feliz, o mulato superior, viria da ligação entre um tipo superior de negro com um branco dotado de eugenismo. Os mulatos que ele chamou de inferiores, por sua vez, receberiam do branco os atributos intelectuais, mas ganhariam, como legado do negro, a estrutura do caráter. No epílogo de seu livro *Evolução do Povo Brasileiro*, (VIANNA, 1938) advogou a tese da arianização da população brasileira, no que levou em consideração o rápido aumento do número de brancos, em contrapartida à estagnação do crescimento de negros e mulatos. Isto porque, esclareceu, inobstante os negros apresentassem altas taxas de fecundidade, estas eram contrabalançadas por elevados índices de mortalidade, ao passo que a imigração europeia aportou cerca de 700 mil brancos em dez anos. Nada mais distanciado da fala-testamento de Pedro Archanjo que essa versão da tese do branqueamento.

Outro autor que se ocupou do tema mestiçagem foi Gilberto Freyre (1900 – 1987). Suas pesquisas, ao contrário do que fizeram Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, divorciaram-se dos determinismos biológico e geográfico, para esposar o arsenal teórico da antropologia e da sociologia. Em seus livros, demonstrou haver bebido também na fonte de Franz Boas, ícone da escola do particularismo histórico, e com o epígono deste, o norte-americano Melville Herskovitz (1895 – 1963). Com o primeiro, aprendeu a lição da diferenciação entre raça e cultura, elegendo esta última como principal vetor para a construção de seu viés compreensivo. Com o segundo, penetrou no universo da especialidade deste, ou seja, os estudos afro-americanos. De saída, ele hostilizou as assertivas de pureza do branco brasileiro, esgrimidas por seus antecessores, negando-as com a tese da mestiçagem do europeu com o negro ou com o índio, seja biológica, seja cultural:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. (FREYRE, 1969, p.395)

Esse pernambucano, leitor atento de Manuel Querino, João do Rio e Edson Carneiro, abriu fogo contra os mestres brasileiros entronizados nos estudos das relações interétnicas, como Nina Rodrigues, José Veríssimo e Oliveira Vianna, para, ao contrário destes, enaltecer a superioridade técnica do negro sobre o indígena e o branco, e celebrar a inteligência dos mestiços (FREYRE, 1969), mas que, sob a pressão de preconceitos contra a cor e a origem escrava, foram conduzidos a apresentar complexo de inferioridade. Em que pese toda a força da erudita e vasta argumentação de Freyre (1969, p.64), sua conclusão foi decepcionante, na medida em que ele encerrou sua fala com a assertiva de que o *tipo ideal de homem moderno para os trópicos* seria o *européu com sangue negro ou índio*. Isto porque ele reintroduziu o argumento que tanto criticou, qual seja o, biológico generalizante, segundo o qual os mestiços estariam arruinados pela difusão da sífilis. Abruptamente, com isso, ele encerrou a discussão excluindo o mulato e o mameluco. Tal conclusão de branqueamento por razões de política sanitária bateu de frente com as previsões objeto da última intervenção de Pedro Archanjo.

O fogo dessa barragem discursiva, disparado pelos intelectuais, servia como uma luva para a legitimação de políticas públicas de claro viés racista, implementadas pelos governantes.. Foi o caso das chamadas políticas educacionais higienistas, enfeixando projetos comprometidos com o embranquecimento da população brasileira. Com o objetivo ostensivo de promover a nacionalização do ensino, foi implementado um plano para auxílio federal aos Estados cuja realidade carecia dessa modalidade de aporte de recursos. Em plena ditadura Vargas (ROCHA; TOSTA, 2009), essa retórica serviu de cobertura para perseguições aos locais de cultos afro-brasileiros, como os candomblés, terreiros de umbanda e catimbó. Na Bahia, o delegado Pedro Azevedo Gordilho, o Pedrito, foi um dos que comandaram essa *razzia* contra os locais de prática dos cultos afro-brasileiros, granjeando para si a fama de policial mais violento e, por isso, temido (LÜNING, 1996). No texto da *Tenda*, todavia, metamorfoseado no delegado-auxiliar Pedrito Gordo, descobrimo-lo um adepto da Antropologia Criminal, mantendo consigo no gabinete livros de Nina Rodrigues e também de Nilo Argolo, com quem aprendera que *negros e mestiços possuem natural tendência ao crime, agravadas pelas práticas bárbaras do candomblé* (AMADO, 2008, p.210). Convém observar que essa relação, posta em relevo pelo grande romancista, entre a teoria racista e a prática repressiva não é de forma alguma gratuita, valendo ressaltar que a mídia impressa

soteropolitana, igualmente encharcada até os ossos nesse mesmo pensamento, conforme apontou Lüning (1996), atuou como instigadora, cobrando em nome da população, leia-se elite branca, energia das autoridades contra o candomblé.

Igual sorte tiveram as políticas urbana e habitacional. A utilização das *casas-de-cômodos* ou *cortiços* como solução de moradia por pessoas pobres possivelmente não era nem é novidade. A origem desse comportamento remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX, quando os chamados negros ao ganho, ainda escravos, ocuparam sobrados urbanos, num momento em que o segmento mais rico da população, composto pela classe branca senhorial, abandonou o centro da cidade do Rio e saía '*em busca de locais mais aprazíveis*' (SILVA, 1988, p.156). Essa presença incomodava bastante os remanescentes das camadas altas ainda residentes nos bairros considerados bons. Também, em São Paulo, o *cortiço* foi igualmente moradia que exercia forte atrativo sobre a população negra, conforme apurou Florestan Fernandes (1978). A ficção literária revelou o desejo das elites de se livrarem dessa vizinhança ameaçadora; disso se encarregou Aluísio de Azevedo em romance ambientado numa dessas residências coletivas localizada no Rio, *O Cortiço*, que foi incendiado depois que João Romão, português que ali residira anos a fio, amasiado com a negra Bertoleza, tornou-se comendador e mudou-se para o palacete vizinho, já que se casara com a jovem herdeira da família ilustre que lá residia. No plano da história efetivamente vivida da cidade, foi durante a presidência de Rodrigues Alves, de 1902 a 1906, que o prefeito Pereira Passos empreendeu a reforma do centro da cidade, no intuito de criar uma aparência de metrópole, na linha de Paris. Foi o *bota-abaixo*, política cuja execução levou à destruição dos *cortiços* do velho Rio (LUSTOSA, 1989, p.37). Alves, seria bom ressaltar, era defensor da instituição do cativo e atuou nesse sentido no Congresso Agrícola do Sul, em 1878; seis anos depois, num encontro promovido pelo Centro da Lavoura e Comércio, na então Corte, insistiu ele em suas teses escravistas contra as propostas ali defendidas pelos liberais (MORAES, 1986). Quando de sua gestão à frente do Executivo de São Paulo, advertira no Relatório à Assembleia Legislativa daquele estado, no ano de 1888, para '*o perigo que dessa ilegal aglomeração resulta para todos*', referindo-se à concentração, nos centros urbanos, de escravos fugidos em massa (FERNANDES, 1978, p.67). Impossível não suspeitar que a proclamada reforma de embelezamento da capital, em função da, por assim dizer, *folha corrida* de seu idealizador, o próprio Presidente da República, servira de pretexto para esconder uma '*limpeza étnica*'. O saldo dessa operação consistiu na demolição de três mil dessas construções, que eram a habitação de 25% dos cariocas naquela época; por volta de 1969, este percentual ainda seria de 4%. Os desabrigados, sem alternativa, ou subiam os morros ou engrossavam a ocupação de loteamentos

precários na periferia.

Assim, como houve os detratores da mestiçagem, não se pode conduzir a presente exposição passando ao largo de seus defensores, caso do historiador norte-americano Carl Degler com seu *Neither Black Nor White*. Para esse autor, a diferença entre as relações raciais no Brasil e Estados Unidos estaria no mulato, que ele chamou de válvula de escape. Sua existência dificultaria ou tornaria impossíveis os padrões de segregação que caracterizam seu país (DEGLER, 1986). Outro interessante argumento apresentado nessa obra está nas estatísticas recolhidas sobre libertos, subuniverso em que, tanto no Mississippi e na Luisiana, nos Estados Unidos, quanto em cinco províncias do Brasil, no século XIX, o número de mulatos é significativamente maior do que o de negros (DEGLER, 1986). Por outro lado, no contexto da classe trabalhadora brasileira, diferentemente do que ocorria em sua pátria, ele propôs que um brasileiro branco pobre tenderia a considerar um negro ou um mulato como membro de sua classe. Para chegar a essa conclusão, ele verificou registros da participação de grupos de trabalhadores entre os ativistas do movimento abolicionista; considerou também o caso da participação de jangadeiros entre os grupos que pressionaram as autoridades pela abolição no Estado do Ceará; finalmente, ele mencionou os ferroviários como categoria igualmente ativa na ajuda aos escravos que fugiam das fazendas para as cidades. Essas posturas contrastavam fortemente com as verificadas no seio dos trabalhadores americanos, ausentes do movimento abolicionista. Na sua opinião, lá existiram incentivos sociais, como a miscigenação limitada, e econômicos, no sentido de retirar os negros da competição, para que estes fossem tratados como inferiores. (DEGLER, 1986). Refutando essa perspectiva idílica da miscigenação formulada por Degler, o cientista social norte-americano Anthony W. Marx pondera que:

But recent scholarship has established that the difference in socioeconomic status between mulattoes and blacks is insignificant in comparison with the relative privilege of whites, whose average income was about twice that for nonwhites both in 1960 and in 1976. Such evidence reaffirms that Brazil constructed an informal racial order that was highly discriminatory against blacks and browns. (MARX, 1998, p.68)

Um segundo autor, desta feita o afro-caribenho Darien J. Davis (2000) também hostilizou a tese de Degler, com a assertiva de que as altas taxas de analfabetismo e de desemprego entre os mulatos, comparadas às dos brancos, põem por terra o argumento da válvula de escape da miscigenação. Outra interpretação insurgente contra essa visão romântica degleriana está na obra do antropólogo brasileiro, nascido no Congo, Kabengele Munanga (1999), professor da USP, segundo o qual os mestiços são demograficamente a categoria da

população que mais cresce; todavia não são mais, como ocorria no passado, os filhos naturais da elite terratenente que tiravam proveito da alta posição sócio-econômica de seus pais; agora, passam a ocupar a posição desprivilegiada do negro.

Por derradeiro, a bandeira de defesa da mestiçagem levantada por Amado foi também desfraldada por outro ex-militante comunista, o antropólogo Darcy Ribeiro, que se preocupava com o desenvolvimento de cenários de longo prazo. Tanto quanto o genial escritor baiano, dedicou sua vida à defesa das causas populares, só que, além da literatura, engajou-se em projetos educacionais de transformação da sociedade. Em longa entrevista, Ribeiro (1997) exaltou a mestiçagem como fator de diferenciação positiva do Brasil em relação a países que só receberam contingentes populacionais oriundos somente da Europa. Na sua concepção, esse traslado permitiu a criação deste lado do oceano apenas de cópias pioradas das sociedades do Velho Mundo, ao passo que por aqui a riqueza do caldeamento de múltiplas influências se projetará numa força original que, em conjunto, negociará em pé de igualdade com as potências que ele previa dominantes no futuro, como a China e o mundo árabe, mas, assim como Amado, denunciando a dura condição social dos mestiços no Brasil.

Considerações finais

A escrita da *Tenda dos Milagre* exigiu de Jorge Amado saberes de conteúdo e métodos da Antropologia, assimilados tanto nas matérias de Ciências Sociais integrantes da parte básica do curso de bacharelado em Direito, na Faculdade Nacional de Direito, na cidade do Rio de Janeiro, como também, pelas leituras exigidas por sua formação de militante do Partido Comunista Brasileiro, que o colocaram em contato com o contributo do antropólogo evolucionista norte-americano Lewis Morgan, em cujas teorias fundamentaram-se Marx e Engels. Sua intimidade com essa disciplina mostra claramente o domínio da escola do particularismo histórico, tendo à frente Franz Boas, autor importantíssimo para a crítica à ideologia racista. A posse dessa bagagem intelectual habilitou-o a recriar, com maestria, o debate focado na questão da mestiçagem, que teve como antagonistas Archanjo e Argolo, representando aquele a visão crítica antropológica e este a Antropologia Criminal, tópico da cadeira de Medicina Legal, então obrigatória no currículo de Direito.

Ademais da competência em lidar com toda essa bagagem teórica, o olhar antropológico de Amado revelou-se, igualmente, em sua excepcional versatilidade de colocar-se na reconstrução do viver do povo simples da Bahia, quando reproduziu como se fosse sua a peculiar maneira como negros e mestiços das ruas de Salvador interpretam e dão significado a seu

universo, ocupando aí papel preponderante os mitos dos candomblés e suas entidades, o que foi viabilizado seja por sua condição de Obá de Xangô do Ilê Axé do Opô Afonjá, seja pelo acesso às obras de Edson Carneiro, Manoel Querino, Martiniano Eliseu do Bonfim, Ruth Landes, entre tantos cientistas sociais que se dedicaram ao estudo das tradições religiosas afro-baianas e se tornaram seus defensores.

Referências

- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- ARAGÃO, Antonio Moniz Sodré de. *As Três Escolas Penais: clássica, antropológica e crítica (estudo comparativo)* 8.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977.
- BARBUJANI, Guido. *A Invenção das Raças*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2007.
- BRAGA, Julio. *Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: EdUFBA, 1995.
- CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: EdOuro, s/d.
- DAVIS, Darien J. *Afro-Brasileiros Hoje*. Tradução Felipe Lindoso. São Paulo: Summus, 2000.
- DEGLER, Carl N. *Neither Black Nor White*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. Tradução Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: EDUSP, 1992.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Vitória, 1963 3v.v3.
- ERICKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. *História da Antropologia*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FERLA, Luis. *Feios, Sujos e Malvados sob Medida: a utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.
- ERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978 2 v.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Tradução Romulo Maia. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre A Antropologia*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da Leitura*. Tradução Mauro Gama. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Tradução Maria Lúcia do Eirado Silva. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUFERJ, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 24.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- LÜNING, Angela. “Acabe com esse santo, Pedrito vem aí...” Mito e realidade da perseguição ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP*, São Paulo, vol. 28, p.194-220, Dezembro/Fevereiro 95/96.
- LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: a República no Catete*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1989.
- MARX, Anthony W. *Making Race and Nation. A comparison of South Africa, The United States and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. 2. ed. Brasília: EdUnB, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo A mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PARÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2.ed. Campinas,SP: EdUnicamp, 2007.
- QUERINO, Manuel. *Costumes Africanos no Brasil*. 2.ed. Salvador: EdUNEB, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. *Mestiço É O Que É Bom!* Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. *Antropologia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Raças Humanas e A Responsabilidade Penal no Brasil*.3.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- SANTOS, Elaine Maria Geraldo dos. Antropologia criminal nos primeiros anos da República. In Simpósio Nacional de História, 22, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa, 2003. CD-ROM.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O antropólogo da terra da mestiçagem. *Folha de S. Paulo*, 07/08/2001.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPQ, 1988.

ⁱ José Veríssimo Dias de Matos (1857 – 1916), pensador positivista e evolucionista - ensinava que os problemas da mestiçagem seriam resolvidos na medida em que esta fosse diluída mediante acrescentamento de sangue branco à população.

Paulo Cezar Borges Martins

Doutor em Sociologia pela UnB (2004), Mestre em Ciência Política pela UnB (1994), Bacharel em Direito pela UDF (1978), Bacharel em Ciências Sociais pela UnB (1973). Professor-Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no curso de Direito do DCHT, Campus XX, Brumado. E-mail: profpaulocezar@gmail.com

Enviado em 30 de dezembro de 2013.

Aceito em 15 de março de 2014.